

## REQUERIMENTO

**Assunto:** *Solicitando informações ao Prefeito sobre a existência de projetos para reforma, ampliação e adaptação da estrutura física da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).*

Considerando que a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) foi inaugurada no ano de 2009 e, desde então, o município de Garça registrou um aumento populacional considerável, o que impacta diretamente na demanda pelos serviços públicos de saúde;

Considerando a importância estratégica de Garça no atendimento de urgências e emergências para a região, funcionando como um polo que acolhe pacientes de cidades vizinhas;

Considerando que a unidade conta atualmente com apenas três ambulatorios médicos, número que se mostra insuficiente frente ao volume crescente de atendimentos realizados ao longo dos anos;

Considerando, ainda, que as normativas federais interligadas ao Ministério da Saúde estabelecem a necessidade de constantes adaptações e modernizações nas estruturas físicas de saúde para garantir a eficiência e a humanização do atendimento;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Sr. Prefeito para que, através do setor competente, informe a esta Casa de Leis:

1. Existe algum projeto técnico ou planejamento estratégico em andamento para a reforma e ampliação da estrutura física da UPA, visando adequá-la ao atual volume de pacientes?



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

2. Há previsão orçamentária para o exercício de 2026 destinada a melhorias estruturais ou aumento do número de consultórios/ambulatórios na referida unidade?
3. Diante do tempo decorrido desde a inauguração (2009) até o presente ano (2026), a Administração Municipal realizou algum estudo de viabilidade para a modernização das instalações de acordo com as novas diretrizes do Ministério da Saúde?

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO**

**Vereador – REPUBLICANOS**

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

